



# DIREITO PENAL



**Estratégia**  
OAB

## II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

### DIREITO PENAL

#### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Lola, médica residente na cidade de Recife/PE, mantinha perfil ativo em uma rede social chamada “Conectados”. No dia 10/10/2025, publicou convite para sua festa de aniversário que ocorreria em uma conhecida casa de eventos no final de semana.

Seu ex-namorado, Pernalonga, inconformado com o término do relacionamento, visualizou a postagem e, com o intuito de ofendê-la, por não admitir que uma mulher se “exiba” dessa forma, principalmente com uma festa em uma casa de eventos, levando em consideração o gênero feminino, publicou no perfil dela a seguinte mensagem:

“Lola é uma irresponsável, sem caráter e não merece respeito algum! Vive bêbada, inclusive no hospital em que trabalha, chegando a ser socorrida por uma ambulância no mês passado no dia do feriado de 7 de setembro, enquanto estava de plantão.”

A postagem foi vista pelos colegas médicos, Tom e Jerry que estavam ao lado de Lola, causando-lhe enorme constrangimento, ao ponto que Lola quis desistir do evento imediatamente, e pedir transferência do hospital onde trabalha.

Incentivada pelos amigos Tom e Jerry, Lola se dirige a Delegacia de Polícia Especializada em Violência doméstica e familiar e narrou os fatos à autoridade policial, entregando o conteúdo impresso da mensagem ofensiva e a página da rede social na Internet onde ela poderia ser visualizada. Passados cinco meses da data dos fatos, Lola procurou seu escritório de advocacia e narrou os fatos acima. Você, na qualidade de advogado de Lola, deve assisti-la. Informa-se que a cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, possui Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais e Especializados.

Com base somente nas informações de que dispõe e nas que podem ser inferidas pelo caso concreto acima, redija a peça cabível, excluindo a possibilidade de impetração de habeas corpus, sustentando, para tanto, as teses jurídicas pertinentes. (Valor: 5,00 pontos):

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

**QUESTÃO 01**

Paulo cumpre pena em regime fechado na Comarca “X”, tendo cumprido o requisito legal para progressão do regime, o que foi requerido pela sua defesa. Diante da inexistência de vagas em colônia agrícola/industrial, o Juízo determinou que Paulo permanecesse no regime fechado até que surgissem vagas, indeferindo pedido da defesa pela progressão do regime.

Considerando apenas as informações acima, responda aos itens a seguir:

- A) É juridicamente possível manter Paulo em regime mais gravoso apenas por falta de vagas? Fundamente. (0,65)
- B) Indique a medida a ser adotada e a solução adequada ao caso, conforme a jurisprudência. (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 02**

Cláudia foi denunciada pela prática dos crimes de desacato, dano qualificado e lesão corporal leve, em concurso material (arts. 331, 163, III, e 129, caput, c/c art. 69, todos do CP), porque, em determinada data e horário, teria proferido palavras ofensivas contra servidores municipais que atuavam em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de sua cidade, onde realizava acompanhamento médico.

Segundo a denúncia, Cláudia também teria danificado equipamentos públicos do posto e agredido uma enfermeira, causando-lhe lesões leves.

No entanto, ao assumir a defesa, você constatou que Cláudia apresentava comportamento confuso, falas desconexas e aparente incapacidade de compreender o caráter ilícito dos fatos narrados.

Considerando a situação apresentada, responda aos itens a seguir.

A) Qual medida processual deve ser requerida pela defesa para postular o reconhecimento da inimputabilidade de Cláudia? Fundamente. (Valor: 0,60)

B) Se a sentença reconhecer que Cláudia praticou os fatos típicos e ilícitos, mas for considerada inimputável, qual será a consequência jurídica material cabível? Fundamente. (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 03**

Larissa, primária e de bons antecedentes, foi condenada pela prática de tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei 11.343/06), com a redução máxima da causa de diminuição. Na execução da pena, sua defesa requereu a progressão de regime após o cumprimento de 16% da pena, sustentando tratar-se de crime comum.

O Juízo da Vara de Execuções Criminais, entretanto, indeferiu o pedido, sob o fundamento de que o crime de tráfico é crime equiparado a hediondo, devendo a progressão observar o patamar de 40% da pena.

Considerando a narrativa apresentada, responda aos itens a seguir:

A) A decisão do juiz foi correta? Qual tese material poderá ser alegada? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Qual a medida processual cabível em face da decisão que indeferiu o pedido de progressão? Indique o prazo. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 04**

Renata mantinha relacionamento estável com Henrique até o término, ocorrido há dois meses. Inconformado, Henrique passou a enviar mensagens depreciativas sobre o comportamento de Renata e, em uma noite, após discussão no apartamento dela, Henrique desferiu golpes letais em Renata. O fato ocorreu na presença do filho menor da vítima.

Concluído o inquérito, o Ministério Público ofereceu denúncia por feminicídio (art. 121-A, caput, do CP), indicando como razões da condição do sexo feminino o contexto de relação íntima/violência doméstica e o menosprezo à condição de mulher (art. 121-A, §1º, incisos I e II), e pleiteando o aumento de pena do §2º, inciso III, pela prática do crime na presença de descendente da vítima. Em resposta, a defesa sustentou a tese de homicídio privilegiado por violenta emoção (art. 121, §1º, CP) e pugnou pela desclassificação. O juízo pronunciou o acusado como incurso no art. 121-A do CP, com incidência do §2º, III, remetendo o caso a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Considerando apenas as informações acima, responda aos itens a seguir:

A) A tipificação do crime está correta? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Qual a medida cabível para impugnar a decisão de pronúncia que reconheceu o feminicídio e a causa de aumento? Indique fundamento legal e prazo. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

